

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ SOBRE “FÍSICA E METAFÍSICA NO PENSAMENTO ANTIGO E MEDIEVAL”

*Anselmo Tadeu Ferreira**

A série de textos que ora apresentamos constituem um dossiê que é resultado dos trabalhos do II Colóquio de Ontologia e Metafísica, realizado pelo Departamento de Filosofia da UFU, entre os dias 16 a 19 de novembro de 2011, nas dependências da Universidade Federal de Uberlândia, Campus Santa Mônica. O evento foi uma realização do Núcleo de Estudos em Filosofia e Humanidades (NEFIH) e contou com o patrocínio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), entre outros. Para este evento foram convidados eminentes pesquisadores de universidades brasileiras que proferiram conferências sobre o tema “Física e Metafísica no pensamento antigo e medieval”. Do programa de conferências, constou a participação dos professores Lucas Angioni Universidade de Campinas (UNICAMP) (“Os livros I e II da *Física* de Aristóteles”), Alfredo Culleton Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) (“A base metafísica do discurso político franciscano”), Fátima Regina R. Évora (UNICAMP) (“A controvérsia medieval acerca da eternidade do mundo”) e Francisco Rodrigues Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (“A interrelação estrutural entre alguns livros da *Metafísica*”). Professores do Departamento de Filosofia dividiram a mesa de conferências com os convidados, proferindo palestras sobre o tema do Colóquio.

Da colaboração com estes pesquisadores, resultou o conjunto de textos que reunimos na forma desse dossiê que ora publicamos. Tais textos não são reproduções fiéis das conferências proferidas, mas estão no espírito daquela reunião, na medida em que são representativos da reflexão dos colaboradores na área do pensamento antigo e medieval, em que a metafísica ou a ontologia desempenham um papel relevante.

* Doutor em Filosofia pela UNICAMP. Professor do Instituto de Filosofia (IFILO) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: anselmotf@superig.com.br

Adotemos uma ordem cronológica (de acordo com a cronologia dos autores sobre os quais versa cada artigo do dossiê) em nossa apresentação. Temos assim, em primeiro lugar, o texto do professor Fernando Rodrigues, da UFRJ, intitulado *A interrelação entre alguns livros da Metafísica*. Ele parte da ideia de que a história da interpretação da *Metafísica* de Aristóteles sofreu uma virada no século XIX, cujo resultado foi a constatação, hoje quase unânime, de que essa obra não se constitui como um todo coeso, sendo ao contrário uma justaposição de partes às vezes dificilmente conciliáveis. Sem pretender fazer uma exaustiva apresentação dessa história, o autor procura defender uma posição tópica, qual seja a de que o livro Λ compõe um todo argumentativo que segue do livro Γ e que o grupo $ZE\Theta$ seria um desenvolvimento de uma parte de Λ . Para tanto, ele analisa as opiniões, na recente história da interpretação da *Metafísica*, que consideram o livro Λ como um tratado independente e as opiniões que consideram o livro Γ como uma continuação dos livros A e B.

O artigo do professor Anselmo Ferreira, do Departamento de Filosofia da UFU, aborda um texto de Tomás de Aquino, o comentário aos *Segundos Analíticos* de Aristóteles. No prólogo desse texto, o autor medieval traça um panorama da lógica como ciência e defende uma opinião segundo a qual a estrutura da lógica aristotélica, tal como organizada no *corpus*, corresponde a uma estrutura do espírito humano, em que cada operação corresponderia a uma parte da lógica e teria sido tratada por Aristóteles em uma ou mais de suas obras catalogadas no que ficou conhecido como o *Organon*. Há dois pontos dignos de nota nessa apresentação: primeiro, a identificação de três operações do espírito humano (simples apreensão, composição/divisão e raciocínio) diferentemente da tradicional, que identifica apenas as duas primeiras. Dessa tríplice divisão resulta o segundo ponto a se destacar, uma distinção entre intelecto e razão, a qual se harmoniza com a visão de Tomás sobre o lugar do ser humano na estrutura metafísica do mundo.

O professor Francisco Bertelloni, da Universidade de Buenos Aires, convidado a se apresentar no evento, não pode fazê-lo, mas fez questão de nos honrar com seu texto “La filosofía explica la revelación – Sobre el *averroísmo político* en el *Defensor Pacis* de Marsilio de Pádua”. O texto parte da consideração de que a denominação “averroísmo político”, aplicada ao pensamento de Marsilio de Pádua, tendo sido iniciada por Nardi e amplamente aceita por muito tempo, está hoje em

dia em descrédito, uma vez que este autor não advoga para si a influência de Averroes, tampouco é considerado por seus contemporâneos um seguidor do pensador muçulmano. Não obstante, haverá, no pensamento de Marsílio, elementos que possam justificar tal interpretação? É o que o autor procura responder por meio de uma análise da *Dictio Prima* da obra *Defensor Pacis*. Ao assumir a firme intenção de distinguir radicalmente o exame racional da revelação, Marsílio parece encarnar o protótipo do filósofo segundo Averroes, aquele que procura explicar em bases racionais os dados da revelação. Mesmo que considere o ponto de vista da revelação para explicar dois problemas, quais sejam, a origem da sociedade humana e a origem do sacerdócio divino, Marsílio procura reduzir à explicação racional os efeitos desses dois eventos. Se, do ponto de vista da *potentia Dei absoluta*, Deus pode conduzir os eventos de acordo com sua vontade, de acordo com a *potentia Dei ordinata*, a ação de Deus segue um plano que podemos entender racionalmente e podemos usar esse entendimento para a construção da melhor comunidade política possível.

A distinção entre o poder ordenado e o poder absoluto de Deus é uma estratégia também utilizada por Guilherme de Ockham, autor cujo pensamento é analisado no texto *O Problema da Causa Finalis* em Ockham, do professor Alfredo Culleton, da UNISINOS. O autor examina principalmente a Questão 1 do *Quodlibet IV*, na qual, partindo da *Física* de Aristóteles, Ockham se pergunta se a causa final é sempre diversa da causa eficiente. Considerando a questão do ponto de vista da autoridade das Escrituras, Deus sempre pode ser considerado como a causa final do que quer que seja; mas, sem considerar as autoridades, isto é, considerando apenas proposições conhecidas por si ou por experiência, é preciso concluir que não se pode responder dessa maneira a essa questão. Mais à frente, analisando o texto da Questão II do mesmo *Quodlibet IV*, Ockham, ao responder à questão, se pode ser provado que o poder de Deus é infinito, reafirma que não pode ser evidentemente conhecido, nem por demonstração, nem via proposições autoevidentes, nem por experiência, que agentes que agem por necessidade natural tenham uma finalidade preestabelecida pela vontade. Ao aplicar à sua reflexão política tais teses filosófico-metafísicas, Ockham promove, como assinala o autor, uma mudança do paradigma no pensamento político medieval.

Esperamos que os leitores apreciem e se instruam com a leitura desses instigantes trabalhos.

